



12 DE DEZEMBRO 2008
Sexta-feira

- VENDAS DE MÁQUINAS DEVEM CRESCER 65%
- GOVERNO DE SP LIBERA R\$ 1,2 BI PARA EMPRESAS DE AUTOPEÇAS E MÁQUINAS
- MERCADO DE VEÍCULOS SINALIZA AQUECIMENTO
- GOVERNO CRIA MAIS DUAS ALÍQUOTAS DE IMPOSTO DE RENDA E REDUZ IPI DE CARROS
- PLANO DE SOCORRO ÀS MONTADORAS FRACASSA NO SENADO DOS EUA
- GM AVALIA TODAS AS OPÇÕES APÓS PACOTE DE AJUDA FRACASSAR NOS EUA
- EMPRESAS ESTÃO RECEOSAS COM IMPACTOS DA CRISE
- GOVERNO CRIA PACOTE DE MEDIDAS DE COMBATE À CRISE
- PL VISA MELHORAR COBRANÇA DE ICMS
- TAXAS DE JUROS SOBEM MESMO COM MANUTENÇÃO DA SELIC
- MANUTENÇÃO DA TAXA SELIC NÃO AGRADA FIEP E FACIAP
- JUROS SOBEM PELO SÉTIMO MÊS E SÃO OS MAIS ALTOS DESDE 2005
- FGV: SINALIZADOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL APONTA QUEDA DE 6,3% EM NOVEMBRO
- GOVERNO ANUNCIA MUDANÇAS NO IR PARA BENEFICIAR CLASSE MÉDIA
- GOVERNO ANUNCIA REDUÇÃO DO IOF PARA PESSOAS FÍSICAS
- JT REJEITA JUSTA CAUSA DE TRABALHADOR QUE SE EMBRIAGOU EM HORÁRIO DE ALMOÇO

Câmbio		
Em 11/12/2008		
	Compra	Venda
Dólar	2,338	2,339
Euro	3,126	3,128

VENDAS DE MÁQUINAS DEVEM CRESCER 65%

12/12/2008 – Gazeta Mercantil - Juliana Elias

Depois das demissões e da postergação de investimentos entre as construtoras, os reflexos da crise já podem ser sentidos na base produtiva - as encomendas de máquinas para construção foram as que mais caíram em novembro, entre seis áreas consultadas pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). A redução nos pedidos do setor foi de 47%, enquanto a média geral foi de 32%.

Na avaliação das empresas, a redução na carteira de pedidos deve chegar à receita logo nos primeiros meses de 2009, mas a partir do segundo semestre as vendas voltam a se recuperar e o ano pode fechar estável.

É o que prevê a Case, empresa do Grupo Fiat. Na análise da companhia, o mercado pode cair até 15% no início do ano, mas logo começará a ser retomado e em 2010 pode ultrapassar o patamar atual. Em 2008 será comercializado um total de 40 mil unidades na América Latina. A previsão é que em 2010 se chegue a 44 mil, sendo quase a metade disso no Brasil. "O que está acontecendo é esse receio das empresas em comprar, mesmo que tenham dinheiro, para aguardar uma definição no cenário", disse o gerente de marketing da Case na América Latina, Edmar de Paula.

A perspectiva de queda não inibe os projetos de expansão da Case, que investirá US\$ 1 milhão para reequipar e reativar sua quarta fábrica no País, localizada em Sorocaba (SP), até 2010. Isso irá dobrar a capacidade de produção, das atuais 7 mil unidades para 15 mil. "O mercado interno cresceu muito nos últimos anos, estamos trabalhando no nosso limite", disse o gerente.

A produção das fábricas - que além dos equipamentos para construção, fazem máquinas agrícolas -, é dividida entre a Case e a New Holland, fabricante de máquinas também pertencente ao Grupo Fiat e parceira da Case, embora ambas operem independentemente.

Na New Holland, o crescimento até outubro chegou a 64%. "A indústria foi pega desprevenida no ano passado, tinha pouca máquina para atender a demanda que surgiu", disse o diretor comercial da New Holland, Gino Cucchiari. "O setor antes era muito limitado. A média do mercado nos últimos 15 anos ficava entre 7 mil e 8 mil máquinas ao ano. Em 2007 saltou para 11,5 mil e fechará 2008 com quase 19 mil." A alta é de 65,2%.

Possíveis demissões

Na estimativa da Abimaq, o faturamento das produtoras de máquinas para construção deve crescer entre 30% e 40% neste ano, ainda ileso à queda nas encomendas registrada em novembro. "O tempo entre a fabricante pagar os insumos e recolher os pagamentos de seu produto é de cerca de 60 dias", explicou Carlos Hexsel, coordenador de construção civil da Abimaq. "A partir de janeiro isso vai começar a dar problema de caixa nas empresas. E, se continuar essa retenção, em janeiro já devem começar as demissões."

De acordo com Hexsel, é comum haver queda de encomendas, produção e férias coletivas nesta indústria entre Natal e Carnaval, puxadas tanto pela baixa demanda

quanto pelo período de chuvas, que paralisa as obras -, as férias só não foram concedidas na virada de 2007 para 2008, quando o mercado continuou igualmente aquecido. "Só que agora começou um mês mais cedo, e foi mais forte", pontuou. A queda nas encomendas, geralmente, acontece em dezembro, e não passa dos 30%.

Mercado em alta

A redução de 47% que se verificou agora nas encomendas deve levar as vendas a seu ponto mais baixo em março, quando estarão 30% menores que no mesmo mês de 2008, estima Hexsel. Até o final de 2009, no entanto, a indústria de máquinas deve conquistar um crescimento entre 10% e 15%, sustentada por um PIB ainda positivo e pelo impulso deixado pelo setor em 2008 - de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a construção civil foi o segmento que mais cresceu no terceiro trimestre, com alta de 10,1% sobre igual período do ano passado.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 1)(Juliana Elias)

GOVERNO DE SP LIBERA R\$ 1,2 BI PARA EMPRESAS DE AUTOPEÇAS E MÁQUINAS

12/12/2008 - Valor Econômico - Bianca Ribeiro

O governo do Estado de São Paulo anunciou há pouco a criação de uma linha de crédito de R\$ 1,2 bilhão para financiar empresas de máquinas e autopeças. Comunicado do Palácio dos Bandeirantes informa que serão assinados hoje protocolos de cooperação entre o banco Nossa Caixa, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças).

As 345 empresas que formam o Sindipeças terão acesso a R\$ 1 bilhão, enquanto que os R\$ 200 milhões restantes serão disponibilizados para as 99 afiliadas do Sindimaq.

Para ter acesso aos recursos, as empresas poderão fazer uso das seguintes ferramentas de financiamento da Nossa Caixa: Cheque Empresa; Antecipação de Recebíveis, Conta Garantida, Capital de Giro e Financiamento de bens duráveis e serviços.

Na avaliação do governo paulista, a medida é necessária devido às dificuldades que estão sendo enfrentadas por ambos os setores, que resultaram, inclusive, da queda de vendas do setor automotivo em outubro e novembro últimos.

(Bianca Ribeiro | Valor Online)

MERCADO DE VEÍCULOS SINALIZA AQUECIMENTO

12/12/2008 - O Estado do Paraná

Depois de dois meses de movimentos bastante baixos provocados pela crise financeira, o mercado de automóveis está voltando a dar sinais de aquecimento. Para atrair os consumidores de volta às lojas, montadoras estão oferecendo juros próximos de zero e boa possibilidade de negociação.

Nas revendas, carros usados podem ser encontrados com valores até 30% menores. A orientação de empresários e especialistas é a mesma: para quem estava pensando em comprar um carro, a hora é agora.

"A crise deve se amenizar em 2009, então as condições devem mudar até lá", explica o economista Robson Gonçalves, professor do Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getulio Vargas (Isae/FGV).

Para ele, quem pretende comprar o automóvel à vista e não tem perspectivas de diminuição de renda tem as melhores vantagens. Por outro lado, Gonçalves acredita que entregar um carro usado na troca por um zero quilômetro não é, hoje, uma vantagem, devido à forte queda no valor dos seminovos. "Às vezes a promessa só parece vantajosa", alerta.

As causas do reaquecimento do mercado são duas, segundo o economista. "A melhor forma das indústrias e do comércio se livrarem de seus estoques é baixando os preços", aponta.

Outro motivo é a política do governo federal: "O Banco do Brasil foi encarregado de liberar valores expressivos voltados às montadoras que têm bancos", lembra. Aproveitar agora essas taxas de juros é uma boa pedida: "Essa linha de crédito é um fato excepcional", afirma.

O diretor-presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores do Paraná (Fenabreve-PR), Luís Antônio Sebben, diz que as condições oferecidas são reais: "Não são só atrativos para chamar clientes", ressalta.

Segundo ele, além dos juros baixos, concessionárias oferecem bônus na troca e mais acessórios nos veículos. O crédito, porém, está mais restritivo: "Se antes se fazia 'vista grossa' na aprovação, hoje isso não é mais possível", informa.

Seminovos

Quem não ficou tão satisfeito com as linhas de crédito incentivadas pelo governo foram as revendas de seminovos. "Também precisamos de taxas de juros mais atraentes", reclama o lojista Lincoln Atab, proprietário da Cash Car Veículos.

"O governo foca muito no carro novo e se esquece do usado." Mesmo assim, o setor está otimista. Aílton Breda, da Autolaser Veículos, diz que o diferencial na troca abaixou, facilitando as negociações.

O lojista Argemiro Gomes Filho, da revenda AGF, afirma que a diminuição nos preços já resulta em mais movimento na loja. E, para Nedson de Oliveira, da NA Multimarcas, o mercado está voltando à realidade. "Os preços de usados estavam muito próximos do zero quilômetro", ressalta.

O presidente da Associação dos Revendedores de Veículos Automotores no Estado do Paraná (Assovepar), Lidacir Antonio Rigon, confirma que os preços foram reduzidos em até 30%.

"Quem não consegue comprar um carro novo de R\$ 30 mil, pode adquirir um seminovo inspecionado, com qualidade e boa procedência, por R\$ 23 mil", garante.

GOVERNO CRIA MAIS DUAS ALÍQUOTAS DE IMPOSTO DE RENDA E REDUZ IPI DE CARROS

12/12/2008 – Infoaudiacto – Agência Brasil

Os trabalhadores assalariados vão pagar menos Imposto de Renda na fonte, a partir de 1º de janeiro de 2009, conforme garantiu hoje (11) o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao anunciar a criação de mais duas alíquotas na tabela do IR para pessoa físicas: uma de 7,5% e outra de 22,5%.

Atualmente só existem duas alíquotas: de 15% e de 27,5%, com direito a descontos no cálculo final. Com a mudança, o desconto agora fica diferente. Os salários até R\$ 1.434 mil ficam isentos, e deste patamar até R\$ 2.150 mil vão pagar 7,5%; de R\$ 2.151 mil a R\$ 2.866 mil a alíquota será de 15%; de R\$ 2.867 mil a R\$ 3.582 mil fica na faixa de 22,5%; e daí em diante pagam 27,5%.

O ônus fiscal dessa medida será de R\$ 4,9 bilhões, de acordo com Mantega. Será um dinheiro a menos nos cofres públicos, mas que, segundo ele, "será injetado na economia como consumo. Vai aliviar a carga fiscal, que é o que todo mundo quer, e ao mesmo tempo vai estimular a demanda".

O ministro informou que, a partir de amanhã (12), haverá desoneração fiscal de R\$ 12,5 bilhões por ano com a redução da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), hoje de 3% mais 0,38%. Ele assegurou que a alíquota vai cair para 1,5%, voltando ao que era no início do ano, mais 0,38% correspondente à antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

De acordo com seus cálculos, o impacto dessa medida no spread bancário (diferença entre o que os bancos pagam na captação de depósitos e na concessão de empréstimos) deve ser de aproximadamente 4%. "Com isso, esperamos baratear uma parte importante dos juros, que aumentaram muito nesse período de crise e de escassez de crédito", afirmou.

O ministro ressaltou, contudo, que à medida que o crédito vai sendo restabelecido e a oferta aumenta, ao mesmo tempo a insegurança diminui. "Acredito que estamos numa situação caminhando para a normalidade", disse Mantega. Ele ressaltou, no entanto, que os juros podem se reduzir ainda mais, de modo a reativar a atividade econômica e a demanda por consumo.

No caso dos bancos públicos (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), ele garantiu que "haverá redução imediata". Para ele, os bancos privados irão pelo mesmo caminho, para que o nível de crescimento se mantenha satisfatório no país no próximo ano.

Também presente à entrevista, no Ministério da Fazenda, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, explicou as mudanças na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrados da indústria automobilística, que vão gerar incentivo fiscal estimado em R\$ 1 bilhão.

Com o objetivo de preservar empregos e ajustar gradualmente a promoção de vendas do setor automotivo, a medida visa a baratear temporariamente a compra de automóveis, de amanhã (12) até 31 de março de 2009. Por isso, carros de até 1.000 cilindradas, que pagavam alíquota de 7% de IPI, estarão isentos do tributo nesse período.

Acima disso, continuarão recolhendo o IPI, mas em bases menores. Para os carros de 1.001 a 2000 cilindradas, a taxa cai dos atuais 13% para 6,5% (a gasolina) e de 11% para 5,5% (a álcool e flex); de 2.000 cilindradas em diante ficam mantidas as alíquotas de 25% (gasolina) e de 18% (álcool e flex).

No caso das pick-ups até 1.000 cilindradas, consideradas veículos leves, a queda será de 8% para 1% qualquer que seja o combustível. As pick-ups de 1.001 a 2.000 cilindradas terão IPI reduzido de 8% para 4%, tanto a álcool quanto a gasolina.

PLANO DE SOCORRO ÀS MONTADORAS FRACASSA NO SENADO DOS EUA

12/12/2008 – Valor Econômico – Juliana Cardoso

O plano de resgate da indústria automobilística dos Estados Unidos fracassou no Senado do país após ser aprovado na Câmara. O senador Harry Reid, líder da maioria democrata na Casa, sugeriu que a proposta que concede US\$ 14 bilhões em empréstimos ao setor não deve ser retomada até janeiro.

As conversas, que pareciam perto de um acordo por diversas vezes, foram interrompidas em razão de uma forte disputa partidária sobre os salários pagos aos trabalhadores nas montadoras. "Trabalhamos e trabalhamos e podemos passar discutindo a noite toda, amanhã, sábado, domingo e não teremos o desfecho. Existem muitas diferenças entre os dois lados", comentou Reid sobre a divisão partidária quanto a ajuda às montadoras.

Com a maioria de apenas um voto no Senado, os democratas precisavam do apoio de alguns republicanos para o projeto passar na Casa. Alguns democratas, no entanto, se mostravam contrários ao plano.

O fracasso no Congresso de prover uma linha financeira para a General Motors (GM) e Chrysler, que diziam precisar da ajuda federal para continuar operando, representa uma perda para o presidente americano George W. Bush, que está nas últimas semanas de seu mandato. Também implica uma situação difícil para o presidente eleito Barack Obama, que no início da quinta-feira pediu uma ação do Congresso contra a perda de empregos em uma já debilitada economia.

Em nota, a GM se manifestou "profundamente desapontada" de não ter sido possível um acordo e acrescentou que "avaliará todas as opções para continuar com a reestruturação e obter os meios para lidar com a crise econômica atual". A Ford, que também estava interessada no socorro, avisou que talvez precisasse dos recursos no futuro.

Na Casa Branca, o porta-voz Tony Fratto expressou o desapontamento com o fracasso do plano no Senado. Ele comentou que ainda não há uma decisão tomada, mas o governo irá analisar as opções.

"É desapontador que o Congresso falhou em agir. Acreditamos que a legislação que negociamos apresentava a melhor possibilidade de evitar uma quebra desordenada e garantia ao mesmo tempo que os recursos dos contribuintes para empresas cujos acionistas estivessem preparados para tomar decisões difíceis para torná-las viáveis. Avaliaremos nossas opções à luz do fracasso no Congresso", declarou Fratto.

A presidente da Câmara dos EUA, Nancy Pelosi, e outros legisladores pediram que o governo se valha do fundo de estabilização do sistema financeiro do Tesouro para ajudar as montadoras, mas parece que não há dinheiro suficiente restante para fazer isso.

O jornal New York Times (NYT) reportou que restam cerca de US\$ 15 bilhões dos US\$ 350 bilhões desembolsados e representantes do Tesouro avisaram que esses recursos são necessários para os programas existentes.

(Juliana Cardoso / Valor Online, com agências internacionais)

GM AVALIA TODAS AS OPÇÕES APÓS PACOTE DE AJUDA FRACASSAR NOS EUA

12/12/2008 – Gazeta do Povo

A General Motors está "profundamente desapontada" com o fato de o Senado norte-americano não ter conseguido um acordo para o pacote de ajuda às montadoras dos Estados Unidos, afirmou um porta-voz da companhia na noite de quinta-feira.

"Nós vamos avaliar todas as nossas opções para continuar nossa reestruturação e obter maneiras de enfrentar a atual crise econômica", afirmou Tony Cervone, porta-voz da GM.

Segundo fontes próximas à empresa, a GM deve renovar seu pedido à administração Bush para ter acesso aos US\$ 700 bilhões em recursos destinados aos bancos, o programa Tarp, ou aproximar-se do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA).

Recorrer à administração Bush e pedir acesso ao Tarp pode ser, talvez, um dos últimos recursos para a indústria, caso o Congresso não volte a debater a questão. A Casa Branca tem rejeitado a idéia. Após o fracasso das discussões ontem no Senado, o senador Harry Reid pediu que a administração reconsidere sua posição. Em entrevista concedida após o debate no Senado, vários parlamentares de ambos os partidos pediram o mesmo, dizendo que a administração tem autoridade para agir sem que o Congresso aprove uma nova lei.

A GM tem advertido que poderá ficar sem recursos e entrar em dificuldades para honrar suas dívidas já nas próximas semanas. A companhia disse não ter nenhuma reserva para o caso de não receber nenhum empréstimo.

O Senado dos EUA não conseguiu costurar um acordo para apoiar o pacote de ajuda a GM, Chrysler e Ford Motor. O fracasso no acordo derrubou as bolsas em todo o mundo.

EMPRESAS ESTÃO RECEOSAS COM IMPACTOS DA CRISE

12/12/2008 – O Estado do Paraná

As empresas brasileiras estão temerosas com o impacto da atual crise financeira em seus negócios. Levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) feito com base nos dados da Sondagem da Indústria da Transformação, mostrou que, das 1.112 companhias pesquisadas, 97% das empresas acham que serão afetadas de alguma forma pela crise internacional.

Em comunicado, o coordenador do Núcleo de Pesquisas e Análises Econômicas da FGV, Aloisio Campelo, comentou ainda que maioria das companhias (62%) acredita que será afetada de forma moderada; 21% das empresas pesquisadas acreditam em impacto de forma intensa; e 14%, de forma suave.

Ainda segundo o levantamento, entre os segmentos com perspectivas negativas está o de papel e celulose, no qual 34% das empresas esperam ser afetadas de forma

intensa; e 14% de forma suave. Em segundo lugar, em termos de perspectiva negativa, está o de material de transporte, com 23% das companhias pesquisadas aguardando impacto intenso, e 6%, impacto suave. Em terceiro lugar, entre os mais pessimistas, está a indústria mecânica, com 22% das empresas pesquisadas esperando impacto forte, e 5%, impacto suave; seguido por indústria metalurgia (18% das empresas estimam impacto intenso, e 2% uma influência suave).

Ainda segundo o mesmo levantamento, no caso da indústria de produtos alimentares, há uma incidência superior de empresas que prevêem impacto intenso da crise internacional sobre os negócios (38%) em comparação com a média do total de empresas. Mas também há um número considerável de empresas, nesse setor, que projetam impacto suave da crise internacional (21%). "Neste caso, as mais pessimistas são aquelas que produzem commodities (matérias-primas) agrícolas e exportam boa parte do que produzem. Os produtores de alimentos destinados prioritariamente ao mercado interno são os menos preocupados com os efeitos da crise", acrescentou a fundação, em comunicado.

GOVERNO CRIA PACOTE DE MEDIDAS DE COMBATE À CRISE

11/12/2008 – Auto Data

Governo cria pacote de medidas a fim de estimular consumo, evitar demissões e amenizar os efeitos negativos da crise financeira internacional. Dentre as medidas que contribuem diretamente no setor automotivo estão o barateamento do crédito com o corte do IOF, Imposto sobre Operações financeiras, de 3% para 1,5% ao ano, e a redução das alíquotas do IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados. Para carros com motores de até 1.0 litro a alíquota passa de 7% para 0%, modelos a gasolina de 1.1 a 2.0 cai de 13% para 6,5%, equipados com motor flex sai de 11% para 5,5% e os acima de 2.1 litros o percentual se mantém em 25% para os movidos a gasolina e 18% aos com motor flex. Para os veículos comerciais leves com motor de 1.0 a 2.0 a alíquota cai de 8% para 4%. Especificamente em relação à redução do IPI, a medida passa a valer a partir de amanhã com prazo de validade até 31 de março de 2009.

PL VISA MELHORAR COBRANÇA DE ICMS

12/12/2008 – Gazeta Mercantil - Andrezza Queiroga

A Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou o Projeto de Lei 677/2008, de autoria do governador do estado, José Serra, que altera a Lei 6.374, de 1º de março de 1989, que instituiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). O PL, que agora segue para análise do Executivo, prevê modificações no regime da substituição tributária, que acontece quando a responsabilidade pelo ICMS devido em relação às operações ou prestações de serviços é atribuída a outro contribuinte.

O projeto prevê a possibilidade de instituir a substituição tributária, acrescentando à lei alguns dispositivos. Segundo Vicente Alvarez Jr., do Fernando, Nagao, Cardoni, Alvarez Jr. Advogados, o projeto atribui a responsabilidade tributária "à fonte produtora presumindo que haverá renda". "Essa é uma forma de facilitar a fiscalização do governo, evitando que haja evasão fiscal", diz.

Para ele, a medida é benéfica desde que seja bem regulamentada "porque impede o desvio de receitas tributárias, o governo se fortalece e pode investir no Estado", diz. "A implantação da substituição tributária vem contribuindo para combater a

sonegação", afirma a deputada Maria Lúcia Amary, vice-líder do governo na assembléia.

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 9)(Andrezza Queiroga)

TAXAS DE JUROS SOBEM MESMO COM MANUTENÇÃO DA SELIC

12/12/2008 – Gazeta Mercantil – Silvia Rosa

Mesmo com a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 13,75% desde setembro, as taxas de juros voltaram a aumentar com o agravamento da crise externa, que provocou maior dificuldade de acesso ao crédito pelas instituições financeiras, e aumento dos riscos de inadimplência com o desaquecimento da economia em 2009.

A taxa de juros média geral para pessoa física apresentou a maior elevação, de 0,07 ponto percentual, no mês de novembro (0,93%), representando aumento de 1,35% em 12 meses, passando de 7,54% ao mês em outubro deste ano para 7,61% ao mês em novembro, sendo esta a maior taxa de juros média desde novembro de 2005, segundo dados divulgados ontem pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

Já a taxa de juros média geral para pessoa jurídica apresentou uma elevação de 0,04 ponto no mês (0,90%), correspondente a um aumento de 1,13% em 12 meses, passando de 4,43% ao mês em outubro para 4,47% ao mês em novembro, a maior taxa de juros média desde julho de 2005.

O diretor-executivo da Anefac, Andrew Storfer, afirma que a redução na taxa Selic, que caiu 30,38% desde setembro de 2005, de 19,75% para 13,75%, não tem se refletido nas taxas de finais. "As instituições financeiras elevaram suas taxas de juros por enxergarem um aumento do risco de inadimplência com a desaceleração da economia e queda do emprego e da renda, depois de um cenário de crédito farto", diz.

No entanto, o analista da Austin Ratings, Luís Miguel Santacreu, destaca que uma queda na taxa Selic não será necessariamente repassada para os tomadores finais. "O custo de captação é apenas um dos componentes do spread bancário." Segundo Santacreu, a taxa de inadimplência responde por 37,35% da composição do spread bancário, segundo estudo divulgado pelo Banco Central. "Os bancos têm elevado os spreads desde setembro, com o agravamento da crise externa e aumento das incertezas em relação ao cenário econômico", diz.

Santacreu destaca que medidas como a aprovação do cadastro positivo pelo governo poderiam ajudar a reduzir essas taxas, ao cobrar juros diferenciados de acordo com o perfil de risco do cliente. A redução de alguns tributos que incidem sobre as operações bancárias, como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), segundo Santacreu, também poderia contribuir para a queda do spread.

Ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou a redução da alíquota de IOF de 3% para 1,5% ao ano, com manutenção da taxa de 0,38% adicional. Segundo Mantega, isso deve gerar uma diminuição de 4 pontos no spread bancário das operações para pessoa física.

Para amenizar a contração de liquidez e elevação do custo de funding dos bancos com a crise financeira, o governo reduziu os depósitos compulsórios, dinheiro que os bancos devem recolher junto ao BC, e que respondem por 13,5% da composição do spread bancário.

O diretor do departamento de competitividade e tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), José Ricardo Roriz Coelho, ressaltou que o Brasil tem o maior spread bancário do mundo, cerca de sete vezes superior à média de 42 países, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) relativos a 2007. "O alto custo de capital é um dos fatores que impactam a competitividade das empresas brasileiras", afirma.

Ele destaca que os bancos têm mantido o spread alto mesmo não havendo forte elevação da inadimplência. A taxa de inadimplência, referente a atrasos superiores a 90 dias, atingiu 1,7% nas carteiras de pessoas jurídicas em outubro, queda de 0,6 ponto em 12 meses, e alcançou 7,4% nas carteiras de pessoas físicas, aumento de 0,4 ponto. no período, segundo o BC.

A chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff disse que o governo pediu a revisão dos juros dos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Ver também pág. B2 e B4(Gazeta Mercantil/Finanças & Mercados - Pág. 1)(Sílvia Rosa)

MANUTENÇÃO DA TAXA SELIC NÃO AGRADA FIEP E FACIAP

12/12/2008 – Notas Documento Reservado

Embora o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tenha declarado sua posição contrária aos aumentos dos juros, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a taxa básica de juros, a Selic, em 13,75%. Entidades como a Fiep e a Faciap divulgaram nota criticando a decisão do Copom. Segundo o presidente da primeira, Rodrigo Rocha Loures, deixar a taxa neste nível representa a validação de uma política recessiva. "O Brasil não cresce há duas décadas e não podemos aceitar a decisão do Copom. Ela se mostra uma verdadeira calamidade ao não agir para evitar a destruição do espírito empreendedor que fez o País crescer nos últimos anos. O governo precisa agir rápida e pesadamente em favor da produção, ajustando a política monetária e cambial para que tenhamos capacidade de financiar o setor produtivo", disse Rocha Loures. Na avaliação do presidente da Faciap, Ardisson Arkel, a economia brasileira necessita, nesse momento, de um tratamento de choque de estímulo. Um dos caminhos para se atingir esse fim seria a redução significativa de pelo menos 4% nas taxas de juros, e não apenas a manutenção da taxa.

JUROS SOBEM PELO SÉTIMO MÊS E SÃO OS MAIS ALTOS DESDE 2005

12/12/2008 – Notas Documento Reservado

As taxas de juros para empresas e para o consumidor mantiveram a tendência de alta em novembro, subindo pelo sétimo mês consecutivo, informou ontem a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac). Com os aumentos do mês passado, as taxas para os consumidores chegaram ao ponto mais alto desde novembro de 2005, enquanto para empresas são as maiores desde julho daquele ano. Segundo a pesquisa, a taxa média para pessoa física teve elevação de 0,07 ponto percentual no mês, de 7,54% ao mês (139,24% ao ano) em outubro para 7,61% ao mês (141,12% ao ano) em novembro. Já para a pessoa jurídica, os juros subiram 0,04 ponto percentual, de 4,43% ao mês (68,23% ao ano) em outubro para

4,47% ao mês (69,00% ao ano) em novembro. Desde setembro de 2005, o Banco Central (BC) reduziu os juros anuais de 19,75% para 13,75% (seis pontos percentuais). Nesse período, a taxa para pessoa física se manteve estável, enquanto que as para empresas subiu 0,77 ponto percentual. Segundo a entidade, com isso "fica evidente que não foram repassadas integralmente todas as quedas da taxa básica de juros".

FGV: SINALIZADOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL APONTA QUEDA DE 6,3% EM NOVEMBRO

12/12/2008 – Notas Boletim Bradesco]

A FGV divulgou ontem o Sinalizador da Produção Industrial de São Paulo (SPI) referente a novembro, que mostrou queda na atividade de 6% na margem e de 6,3% na comparação com o mesmo período do ano passado. Ainda que o indicador seja restrito à indústria do Estado de São Paulo, ele vem se mostrando um bom antecedente para o resultado oficial divulgado pelo IBGE, que abrange outras regiões do país. Com isso, podemos esperar que indústria mostre novo resultado negativo em novembro (lembrando que a queda em outubro foi de 0,2%).

GOVERNO ANUNCIA MUDANÇAS NO IR PARA BENEFICIAR CLASSE MÉDIA

11/12/2008 – Gazeta do Povo

O governo federal anunciou nesta quinta-feira (11) alterações no formato de cobrança do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), que passarão a vigorar no ano de 2009. Neste ano, mais de 24 milhões de pessoas declararam IR - universo aproximado de pessoas beneficiadas pela medida.

As mudanças prevêem a criação de mais duas alíquotas intermediárias no IR, o que resultará em um recolhimento menor de impostos pela classe média - a principal beneficiada com a medida. Somente esta medida vai deixar mais R\$ 4,9 bilhões nas mãos dos contribuintes - recursos que seriam pagos em IR no próximo ano.

Juntamente com a redução do IOF para empréstimos de pessoas físicas, e da alíquota do IPI para compra de automóveis - que está sendo zerada para veículos 1.0 - a correção da tabela do Imposto de Renda pretende injetar mais recursos na economia no próximo ano - momento no qual serão sentidos com mais intensidade os efeitos da crise financeira internacional.

As medidas, todas juntas, deverão manter R\$ 8,4 bilhões circulando na economia - recursos que iriam para os cofres públicos via recolhimento de tributos. A intenção do governo é de assegurar um crescimento de 4% para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2009, mas o mercado financeiro estima um crescimento menor para o próximo ano: de 2,5%.

"As medidas têm como objetivo estimular o crescimento da economia, aumentar o volume de crédito e reduzir o custo financeiro. Portanto, a taxa de juros que está sendo praticada na economia", afirmou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, acrescentando que, "certamente", novas medidas serão tomadas.

Sistema anterior e novo formato

Pelo sistema anterior, as pessoas físicas que recebessem até R\$ 1.434 em 2009 estariam isentas do IR. Entre este valor e R\$ 2.866, a alíquota seria de 15% e, acima disso, de 27,5%. O formato anterior já previa a correção da tabela do IR em 4,5% no próximo ano.

Com as mudanças anunciadas nesta quinta-feira pela equipe econômica, haverá mais duas alíquotas intermediárias, mas a correção da tabela permanecerá em 4,5% - algo que não foi alterado. Pelo novo formato, a isenção de IR continuará para quem recebe até R\$ 1.434 por mês em 2009.

Entre este valor e R\$ 2.150, porém, está sendo criada uma alíquota menor: de 7,5%. De R\$ 2.150 até R\$ 2.866, a alíquota será de 15%. Para valores entre R\$ 2.866 e R\$ 3.582, está sendo criada mais uma alíquota: de 22,5%. Acima de R\$ 3.582, a alíquota será de 27,5%.

"O contribuinte que ganha de R\$ 1.434 será beneficiado com a redução do IR. Com isso, alivia a carga fiscal e estimula a demanda, em um momento no qual poderá cair", informou o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Simulação

Uma simulação disponibilizada pelo Ministério da Fazenda mostra que, pelo sistema anterior de cobrança do IR, uma pessoa que recebe mensalmente R\$ 4 mil, pagaria, por mês, R\$ 526 de Imposto de Renda. Após as mudanças anunciadas nesta quinta-feira, passará a pagar, por mês, R\$ 437, representando um ganho mensal de R\$ 89,5 e anual de R\$ 1,1 mil - considerando o 13o. salário.

Incentivo

Segundo o advogado e economista Samir Choib, especialista em Imposto de Renda, a mudança irá, efetivamente, beneficiar a classe média. "É positivo. Entendemos ser um estímulo à classe média, uma vez que as perspectivas para a economia em 2009 não são das mais positivas", disse ele.

Choib notou, porém, que a correção de 4,5% na tabela, mantida para o próximo ano, ainda está abaixo da inflação prevista para 2008 - mais de 6%.

"É uma medida paliativa. Muito mais correto seria dar uma correção maior para a tabela do IR, de acordo com a inflação. De qualquer forma, é melhor do que não ter nada. É um estímulo, porque vai resultar em mais dinheiro na economia", afirmou ele ao G1.

IOF para pessoa física

Outra medida anunciada pelo governo nesta quinta-feira é a redução da alíquota do IOF (Imposto Sobre Operações Financeiras), tributo que é cobrado no momento da contratação de empréstimos, de 3% para 1,5% no caso das pessoas físicas. A alíquota extra de 0,38% sobre os empréstimos continua.

Com isso, a alíquota retornou ao patamar do ano passado. Em janeiro deste ano, ela subiu para 3% para compensar parte da perda de recursos com a CPMF - que foi barrada pelo Congresso Nacional no fim do ano passado. Essa medida começa a valer a partir desta sexta-feira (12), informou o ministro Guido Mantega.

"É uma redução para a pessoa física, que hoje paga para aquisição de veículo e cheque especial, entre outros. Vai ser uma redução anual de 3% para 1,5%. Essa taxa é estabelecida diariamente. Vai cair de 0,0082% para 0,0041% ao dia. O impacto deverá ser de 4 pontos percentuais de redução do spread bancário [diferença entre a taxa de captação dos bancos e os juros cobrados dos consumidores]. É um barateamento importante dos juros", disse Mantega.

IPI de automóveis

Além disso, o governo também está autorizando a redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis. Para carros populares, de até mil cilindradas, o IPI cairá de 7% para zero. Para automóveis entre mil e duas mil cilindradas movidos à gasolina, será reduzida de 13% para 6,5%.

Para carros flex (bicomcombustível) e movidos à álcool, a alíquota cai de 11% para 5,5%. Entretanto, não será alterada para veículos que tenham mais de duas mil cilindradas. A redução do IPI vale entre 12 de dezembro e 31 de março.

Segundo o ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, há um compromisso, por parte das montadoras, em repassar a redução da alíquota do IPI para os preços cobrados dos compradores. Empréstimos com recursos das reservas

As empresas que tiverem dívidas no exterior, segundo o governo federal, também poderão tomar empréstimos de recursos das reservas internacionais brasileiras - que permanecem acima de US\$ 200 bilhões.

Segundo o presidente do Banco Central, os empréstimos serão feitos às instituições financeiras autorizadas a operar com câmbio, que repassarão os valores às empresas com dívidas em moeda estrangeira no fim deste ano e em 2009.

"Com a crise de liquidez, restringiu-se fortemente a oferta de crédito, não só para bancos, mas para empresas que se financiam no exterior. Essas empresas, tendo menos acesso ao crédito externo, na medida em que a taxa de rolagem está baixa, substituem esses empréstimos externos por internos e, com isso, pressionam os custos de crédito interno e a sua disponibilidade", disse o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Ele acrescentou que, com a medida, haverá mais disponibilidade de crédito no Brasil e pressão menor sobre a taxa de câmbio. Meirelles estimou que os empréstimos para estas operações superem US\$ 10 bilhões.

GOVERNO ANUNCIA REDUÇÃO DO IOF PARA PESSOAS FÍSICAS

12/12/2008 – O Estado do Paraná

O governo federal decidiu reduzir o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para pessoa física de 3% para 1,5% ao ano. A redução vale para operações como aquisição de bens de consumo e cheque especial. Com isso, a taxa diária cairá de 0,0082 para 0,0041. A medida, anunciada nesta quinta-feira (11) pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, entra em na sexta (12) nos bancos públicos, informou o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

"O custo financeiro também ficou muito elevado e tem dificultado ou inviabilizado operações de crédito", justificou o ministro.

De acordo com Mantega, o IOF havia sido elevado em janeiro deste ano, devido ao aumento do consumo e do crédito. Agora, o governo quer baratear o crédito: "Estamos revertendo esta medida. O impacto sobre o spread [diferença entre custo de captação e taxa cobrada em um empréstimo] de crédito deverá ser de aproximadamente 4 pontos percentuais", estimou.

JT REJEITA JUSTA CAUSA DE TRABALHADOR QUE SE EMBRIAGOU EM HORÁRIO DE ALMOÇO

12/12/2008 – Infoaudiacto – TST

A CLT prevê, entre os motivos para a demissão por justa causa, a "embriaguez habitual ou em serviço". Com base nesta definição, o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) condenou a Fazenda Farroupilha, situada no município de Pedra Preta, ao pagamento de verbas rescisórias a um trabalhador demitido por se embriagar no intervalo para almoço. A condenação foi mantida pela Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que rejeitou agravo de instrumento da fazenda porque esta não conseguiu demonstrar a existência de violação legal ou de divergência jurisprudencial específica, condições necessárias à admissão do agravo.

O trabalhador foi admitido pela Farroupilha em 1994, para prestar serviços gerais. Foi demitido em 1998 sem receber verbas rescisórias, e ajuizou reclamação trabalhista em que pedia, também, horas extras e FGTS. Na contestação, a fazenda afirmou que a dispensa se deu por justa causa porque, naquele dia, o empregado "se apresentou no local de trabalho em completo estado de embriaguez, sem as mínimas condições físicas e psicológicas para desempenhar suas funções".

A sentença de primeiro grau manteve a justa causa, com base nos depoimentos e nas provas apresentadas pela Farroupilha. As testemunhas ouvidas contaram que, no dia em que foi demitido, o empregado, no intervalo para almoço, "caiu da cama" no alojamento da fazenda e se machucou. Antes disso, teria comprado dois litros de cachaça e estava em estado "alterado" e cheirando a álcool. O trabalhador, em seu depoimento, afirmou que costumava ingerir bebida alcoólica, mas, naquele dia, não havia bebido nada. O juiz de primeiro grau, porém, considerou que os demais depoimentos deixaram claro seu estado de embriaguez, condição "extremamente grave, pois o autor trabalhava como operador de máquinas".

No julgamento do recurso ordinário, o TRT/MT reformou a sentença, adotando o entendimento de que, no caso, o trabalhador foi encontrado alcoolizado ("apagado", conforme as testemunhas) no intervalo para almoço. "É bem verdade que o empregado, cômico de seus afazeres, deveria se preservar de modo a concluir a jornada de trabalho", afirmou o TRT. No caso, porém, assinalou que o trabalhador "detém a prerrogativa de desfrutar do seu tempo (entenda-se: aquele em que não está à disposição do empregador) da maneira que melhor lhe aprouver". Ainda que reconhecendo a ocorrência da embriaguez, o Regional verificou que ela não se deu durante o serviço, pois o trabalhador não retornou ao trabalho depois que sofreu ferimentos ao cair da cama. Também considerou não ser o caso de embriaguez habitual, tratando-se de um episódio esporádico.

Insatisfeita com a condenação ao pagamento das verbas rescisórias, a empresa interpôs recurso de revista, que teve seguimento negado pelo TRT, por não ter conseguido demonstrar divergência jurisprudencial específica para o caso. No julgamento do agravo de instrumento pela Sétima Turma do TST, o relator, ministro

Pedro Paulo Manus, manteve a decisão do Regional, pelos mesmos motivos que fundamentaram o trancamento do recurso de revista. (AIRR 2158/1998-021-23-00.2)
(Carmem Feijó)